

# **Em busca de confiança e legitimidade: a segurança pública no Ceará-Brasil**

## **En busca de la confianza y legitimidad: la seguridad pública en Ceará- Brasil**

**Emanuel Bruno Lopes<sup>1</sup>**  
**Glauécia Mota Brasil<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Faz-se uma discussão sobre as ações governamentais na área da segurança pública no Ceará (Brasil) e destaca as mudanças iniciais operadas pelo governo Cid Gomes (2007-2010) com a criação do programa Ronda do Quarteirão- a polícia da boa vizinhança, de maneira específica, as estratégias de resgate da confiança e legitimidade às ações policiais junto à população.

**Palavras-chave:** Segurança pública, Ronda do Quarteirão, confiança e legitimidade.

### **1.Considerações iniciais**

Este artigo<sup>3</sup> tem como foco de análise as mudanças iniciais implementadas na área da segurança pública, pelo programa Ronda do Quarteirão - “a polícia da boa vizinhança” - nos dois primeiros anos da gestão do Governador Cid Gomes (2007-2010). Trata-se de uma proposta polêmica e desafiadora, que tem como orientação a filosofia do policiamento comunitário. Essa proposta de criação do programa Ronda do Quarteirão veio ao público durante as eleições ao executivo estadual no ano de 2006, na candidatura de Cid Gomes com o refrão “Um grande salto, o Ceará merece”. Dentre esse salto deu-se atenção ao campo da segurança pública.

Alvo de variadas críticas, a proposta do Ronda foi considerada durante o período das campanhas como uma “peça de *marketing* eleitoral”, tornando-se uma das principais propostas responsáveis pela vitória do governador Cid Gomes. A propaganda eleitoral mostrava uma viatura nos bairros que atenderia os chamados das ocorrências em cinco minutos, levantando críticas por parte dos adversários. Alguns consideraram ser

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF) e-mail:emanuelbrunolopes@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Ceará (UECE) e-mail: gmorabrasil@gmail.com

<sup>3</sup> O artigo é parte das observações feitas na pesquisa que subsidiou minha dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Políticas Públicas e Sociedade pela UECE intitulada *Ronda do Quarteirão: um 'acontecimento na política de segurança pública'?* (2008), sob orientação da prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Glauécia Mota Brasil. A pesquisa que subsidiou o trabalho fez uso de entrevistas com os policiais de rua que integram o programa, além da observação direta nos postos de trabalho das atividades policiais, complementada pelo uso do diário de campo.

impossível e que havia um exagero nas promessas de campanha. Exagero ou não, diante das ações frustradas na área da segurança e da sensação de medo, o mote dado à segurança pública fez com que a proposta fosse bem aceita pela maioria da população.

Os noticiários, sempre em alerta, queriam saber informações mais precisas sobre o programa que não tinha ainda suas ações e estratégias bem delimitadas. Aos poucos foi sendo constituído e no final do mês de novembro de 2007 foi iniciado em quatro bairros de Fortaleza. A escolha levou em consideração algumas características específicas de cada região como aspectos sociais, tipificações criminais, bairros residenciais e locais com fluxo de pessoas e estabelecimentos comerciais. Durante o ano de 2008 o programa foi expandido para os demais bairros de Fortaleza e municípios da Região Metropolitana.

De acordo com o *Projeto Ronda do Quarteirão* (2008), trata-se da recuperação do sistema de segurança pública no Ceará que inclui uma proposta de policiamento ostensivo a ser desenvolvido de forma permanente, interativa e essencialmente preventiva a partir da polícia comunitária, na qual os policiais moldam suas operações de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade.

Os policiais se revezam nos três turnos por meio de patrulhamento preventivo e ostensivo realizado 24 horas em áreas da cidade demarcadas por 3km<sup>2</sup>, sendo que cada viatura e os policiais não podem sair do seu perímetro delimitado de cobertura operacional determinado pelos comandos policiais. Cada área dispõe de um celular, sendo os quatro últimos do telefone correspondentes ao número da viatura<sup>4</sup>. O telefone de cada viatura juntamente com a fotografia dos policiais foi informado à população por meio de um panfleto distribuído aos moradores de cada área, em estabelecimentos comerciais, farmácias, escolas, padarias, equipamentos sociais e outros.

A criação do Ronda como uma nova estratégia de policiamento é reconhecer que algo não está funcionando bem e necessita ser reformulado. Essas mudanças ganham destaque no cenário contemporâneo em algumas cidades brasileiras e são reveladoras de fragilidades e deficiências de um modelo ultrapassado de pensar e fazer segurança pública, caracterizado pela falta de sistematicidade, crises, ações gerenciadas com caráter imediato e isoladas. Na maioria das vezes, o que prevaleceu nas práticas policiais foram ações fechadas à participação crítica e ativa da sociedade nos rumos das políticas de segurança pública.

## **2. Segurança pública: um panorama que desafia**

A literatura brasileira sobre a segurança pública tem mostrado poucos resultados das forças policiais (sem desconsiderar experiências locais exitosas em alguns municípios), frente ao crescimento da violência urbana e da criminalidade. Além disso, com frequência, vê-se o envolvimento de policiais em denúncias de violência, abuso de autoridade, tortura, execuções sumárias, corrupção, entre outras. Cada vez menos, os policiais se mostram capazes de garantir a ordem pública e os direitos humanos na sociedade brasileira.

Inegavelmente, nos últimos 20 anos, o campo da segurança pública, tem sido uma problemática merecedora de atenção na agenda política dos governos democráticos, ou seja, uma problemática que se encontra na ordem do dia e que tem

---

<sup>4</sup> O cidadão pode acionar a viatura tanto pelo número do celular da área como pelo 190, pois cada viatura dispõe de um computador de bordo que se comunica integralmente com a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança Pública (CIOPS) através do Terminal Móvel de Dados (TMD).

desafiado as políticas públicas. Trata-se de um panorama, que para Soares (2006), pode se agravar, se duas condições persistirem. Primeiro, a existência de um sistema institucional de segurança pública fragmentado, sem eficiência, marcado pela corrupção, sem a confiança da sociedade, alimentador do circuito da violência e da própria criminalidade. Segundo, o “investimento” do tráfico (armas e drogas) que se beneficia da precariedade das condições de vida e da vulnerabilidade dos jovens com oportunidades e perspectivas de integração.

Nesse cenário, as iniciativas e políticas governamentais assumem papel expressivo, como a proposta do governo federal em 2003, de criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), gerenciado pela União com programas de reformas das instituições de segurança pública (como por exemplo, a criação de uma nova estrutura policial, com novo comando e diretrizes para integração das ações policiais), seja com relação às questões de modernização das forças policiais, incentivo à participação da sociedade e no combate às práticas de corrupção e violação dos direitos humanos. As reformas adotadas serão orientadas para a construção de uma cultura de paz e tendo como norte o compromisso com os direitos humanos.

Os Estados ao elaborarem seus planos e programas específicos, orientados pelas exigências de reformas propostas no SUSP, seriam contemplados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). No entanto, o governo não conseguiu romper alguns impedimentos que se faziam e ainda se fazem presentes para realizar as mudanças necessárias na área da segurança pública, como desconstitucionalização das polícias e/ou a criação de um novo modelo (unificado e/ou integrado) de mentalidade nas estruturas hierárquicas de poder das forças policiais. O máximo que conseguiu foi a integração das atividades da Polícia Militar e Polícia Civil em alguns Estados, o Ceará é exemplo desse exercício no início dos anos 2000, com a criação das áreas Operacionais Integradas (AOI) tendo como campo de execução dos Distritos-Modelos, onde trabalhavam no espaço policiais civis, militares e corpo de bombeiros, evidentemente que essa integração não ocorreu sem problemas, críticas e entraves.

Nos discursos dos governantes o campo da segurança pública sempre teve espaço garantido, recursos financeiros já foram gastos para reforma das polícias, compra de armas e viaturas, além de outras inúmeras ações que não têm produzido grandes efeitos.

Os esforços policiais, mesmo quando desenvolvidos em sua intensidade máxima, costumam redundar em “lugar nenhum”, e o cotidiano de uma intervenção que se faz presente apenas e tão-somente quando o crime já ocorreu parece oferecer aos policiais uma sensação sempre renovada de imobilidade e impotência. “Corre-se”, assim, para se permanecer onde está, diante das mesmas perplexidades e temores. Para a visão que possuem a respeito de si mesmos e de seu trabalho, o ciclo permanente de chamadas a serem atendidas e a baixa produtividade das providências adotadas no que se refere à identificação e responsabilização dos infratores faz com que uma determinada sensação de inutilidade passe a definir o “espírito objetivo” do policiamento contemporâneo (Rolim, p. 2006, p.37).

O que se percebe é que o atual modelo de polícia não consegue responder aos preceitos do Estado democrático, além de deixar o cidadão sem referência próxima, passa a se relacionar com a sociedade como uma instituição cada vez mais distante, que interage apenas nos momentos em que é chamada. Os policiais “não conhecem as

pessoas a quem devem oferecer proteção e não possuem qualquer informação relevante sobre as particularidades locais, suas tradições ou conflitos básicos” (Ibidem, p. 34).

O autor aponta que o desafio posto é o de construir um modelo de polícia dotado de uma nova racionalidade, tendo em vista que o modelo atual não funciona e que as tentativas de renová-lo ou de emprestar-lhe os meios necessários para alcançar seus objetivos estarão fadadas ao fracasso. Destaca-se, a presença de uma tensão nas polícias brasileiras entre um passado perverso que ainda se faz presente e uma possibilidade mais generosa de futuro sobre a qual ainda não podemos ter nenhuma certeza.

Diante dessa realidade, algumas ações na segurança pública, em diferentes cidades brasileiras têm ganhado espaço, considerando a capacidade dos governos democráticos em buscarem confiança e legitimidade às ações policiais junto à sociedade e romper com a pouca aproximação que existe na relação entre polícia e comunidade. No Ceará, com a criação do Ronda do Quarteirão, as mudanças iniciais operadas na política de segurança pública passaram por modificações na imagem policial, o que vem carregados de elementos simbólicas, que se expressa nos gestos, na fala, corpo e comportamento dos policiais que passaram a integrar a chamada “polícia da boa vizinhança”.

### **3. Relações marcadas pela (des) confiança**

As atividades desenvolvidas pelos policiais muitas vezes não conseguem junto a sociedade admiração e confiança para suas ações, tampouco possui legitimidade para desempenhar seu papel como agente da segurança pública. Essas são algumas questões que estão relacionadas ao papel das polícias nos marcos da sociedade democrática brasileira que se agravam quando se alia ao “legado autoritário e o hábito arraigado das corporações de cumprimento da lei em resistir a todas as tentativas de submetê-las ao controle democrático” (Mendez: 2000, p. 36).

É recorrente a afirmação de que as práticas policiais precisam contar com a participação e colaboração da sociedade civil, haja vista que os alicerces para a construção de uma polícia voltada para a defesa, promoção e garantia dos direitos humanos não dependem exclusivamente dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Beato Filho (1999) observa que a segurança pública no Brasil não pode ser encarada apenas pelas ações e intervenções das polícias e de legislação mais repressiva, o que tem sido eficaz são estratégias e programas de segurança baseados numa articulação que exige a combinação de várias instâncias sob o encargo do Estado e, sobretudo, a mobilização de forças importantes da sociedade.

Em alguns países da Europa, os estudos realizados por Skolnick e Bayley (2002) sobre o lado progressivo e avançado do policiamento, mostram que a preocupação central é o papel do público no policiamento, o que impõe também uma nova responsabilidade para a polícia, como a criação de laços mais estreitos entre polícia e comunidade. Para os autores, somente se pode considerar a existência efetiva de um policiamento comunitário se forem elevados os níveis de participação na manutenção do controle e da ordem pública. Na Grã-Bretanha, por exemplo, foram estabelecidos programas através da iniciativa das forças policiais ou como resultados de interesses locais expressos para a polícia. Com as modificações realizadas os policiais passaram a trabalhar com os moradores para identificar pessoas com possibilidade de se tornarem líderes responsáveis que auxiliariam na prevenção e aproximação com os que residem no bairro.

Na América do Norte, especificamente nos Estados Unidos, as inovações feitas no policiamento em seis cidades norte-americanas, mostram que as mudanças se deram pela preparação das forças policiais para esse tipo de inovação, reconheceram o que não estava funcionando e que foi tentado durante muito tempo (Bayley e Skolnick, 2002). O exemplo de Nova York é nos anos 90, o que ganhou maior visibilidade e serviu de referência para outros países, com investimentos em inteligência e investigação policial, além da famosa política de tolerância zero. Ou seja, pequenos delitos como quebrar o vidro de uma janela seriam tratados com rigor para passar a idéia de que qualquer desvio seria punido e, investimentos em programas de policiamento comunitário e incentivos aos policiais, as ações implementadas conseguiram reduzir os índices de criminalidade.

De acordo com os autores, um dos elementos centrais nas mudanças nos EUA era a idéia da reciprocidade entre polícia e comunidade, baseado na premissa de que a polícia deve servir a comunidade, aprender com ela e ser responsável por ela, o que traz a noção de um novo profissionalismo e de que a polícia e o público devem trabalhar em conjunto na prevenção dos crimes.

Em cenários distintos e marcados por complexidades, devido ao aumento da criminalidade, o surgimento de alguns problemas urbanos, hostilidade entre policiais e comunidade (sobretudo, com moradores das áreas suburbanas), além de fatores sócio-econômicos, políticos e culturais, podemos destacar que as tentativas e/ou inovações feitas nas estratégias de policiamento em algumas cidades brasileiras, surgiram dentro de circunstâncias bem específicas e complexas, como podemos observar, por exemplo, nos estudos realizados por Muniz et al (1997), Mesquita Neto (2004), dentre outros.

No contexto da realidade investigada, a criação do Ronda do Quarteirão no sistema de segurança pública do Ceará surge marcada por especificidades. Muitas vezes, o que está em jogo é a reputação e a capacidade de um governo em usar estratégias de intervenção para conquistar a confiança e legitimidade por meio de ações políticas, algumas delas encenações ou farsas, outras nem tanto, numa área permeada por contínuas tensões, marcada por alianças, interesses e crises que colocam em risco a credibilidade e legitimidade das políticas governamentais na área da segurança pública.

O Ronda no primeiro ano de gestão do Governo Cid Gomes, passou por dificuldades e críticas na sua implementação. Durante o ano de 2007 podemos destacar as pressões da opinião pública que gostariam de saber informações mais precisas e detalhadas sobre o programa Ronda; a polêmica em torno do edital para aquisição dos 200 novos veículos que seriam utilizados como viaturas (cada uma estimada em 150 mil), o desaparecimento de 12 fuzis calibre 7.62 de dentro do Quartel do Comando Geral da PM em Fortaleza, visto como uma afronta e boicote por alguns setores da PM a atual gestão da política de segurança pública no Ceará. Além de uma série de ações violentas (maioria envolvendo o uso da força letal) por parte dos policiais da PM dentre os quais, chamaram atenção e ganharam notoriedade nacional e internacional, exemplificados abaixo.

“O caso Hilux”: Os policiais da PMCE confundiram um carro que fugiu depois de um assalto (a um caixa eletrônico), sendo perseguido e metralhado. Pertencia a um casal residente no Estado, que tinha ido ao aeroporto receber um casal de turistas espanhóis, sendo ambos feridos e um deles ficou paraplégico. De acordo com as informações veiculadas nos meios de comunicação local, em alguns momentos os policiais pediram para que o carro parasse. Como isso não ocorreu, foi metralhado. A ação desastrosa e fora dos padrões do uso legal da força letal causou espanto, sobretudo, com as declarações públicas dos comandos da PM ao colocarem que o procedimento era correto e que os policiais agiram de acordo dentro da lei.

As denúncias de envolvimento de policiais do alto escalão da PM em grupos de extermínio. O então Comandante do Policiamento da Capital teve prisão temporária decretada pelo suposto envolvimento no seqüestro e tentativas de execução dos suspeitos de um assalto a policiais militares. As vítimas eram suspeitas de assaltar e baleiar um policial e espancar outro, levando pistolas e os coletes dos policiais. Uma das vítimas foi ferida no pé acidentalmente pelos mesmos policiais e ambos foram levados no porta-malas de uma viatura descaracterizada para um hospital público de Fortaleza. Quando chegaram ao hospital, foram rendidos por dez homens encapuzados, armados com pistolas e um dos presos foi executado, o outro foi levado para a emergência com nove tiros.

Esse cenário em que policiais estão envolvidos em grupos de extermínio e ações fora de controle institucional, vem denunciar as crises sucessivas, com repercussões nacionais e internacionais, de uma área que ainda faz uso de procedimentos e ações ultrapassadas, na maioria das vezes, com resistências às mudanças que toda sociedade almeja, colocando descrédito nas instituições policiais junto à sociedade.

Diante desses episódios é inegável a necessidade de mudanças nas estruturas dos dispositivos policiais e na sua relação com a sociedade, uma vez que “certas ações” desenvolvidas pelos policiais têm causado desgastes contínuos, falta de confiança e pouca aproximação da sociedade no trabalho desenvolvido pelos profissionais da segurança pública.

O que se tem visto cotidianamente e caracterizado as polícias brasileiras, na sua maioria, são práticas discriminatórias e repressivas, o ritual militarizado, a mentalidade autoritária marcada pelo espírito de corpo e dificuldade em modificar suas estruturas. Além de resistências de receber críticas e em aceitar a colaboração e parceria da sociedade para discutir problemas que são de interesses da coletividade. Neste sentido, é inegável que a criação do Ronda do Quarteirão, no governo Cid Gomes, se baseou em estratégias que visavam resgatar a confiança e o apoio da população às intervenções policiais.

#### **4. Em busca de confiança e legitimidade**

Pode-se dizer que as mudanças iniciais operadas com a criação do programa Ronda do Quarteirão tiveram a preocupação de alterar e reconstruir a imagem das forças policiais e de seus membros, agora, vistos por alguns setores da sociedade de maneira agradável, conseguindo o programa o apoio e elogios da população, algo decisivo para a legitimidade de uma política governamental. Uma pesquisa encomendada pelo governo do Ceará quando o programa completou seis meses revelou que 83% da população apoiava e tinha confiança do Ronda. O interessante que essa pesquisa revela foi quando se indagou à população se esta tinha confiança no restante da polícia militar, aproximadamente 50% disse não sentir confiança. Isso levou a se comentar pelos espaços públicos da cidade de Fortaleza e reforçar a idéia de que no Ceará existiam duas polícias em uma mesma corporação, uma de cara nova (Ronda) e a velha polícia (restante da PMCE).

Com o surgimento do Ronda, alguns elogios e até aplausos foram vistos pelas ruas por onde as viaturas e os policiais do programa passavam, mas também, ao mesmo tempo, foram levantadas críticas e inquietações por vários setores da sociedade, para alguns parecia muito mais um “desfile de viaturas”, outros, chegaram a dizer que pelas

madrugadas nas ruas só se viam carros do Ronda e carros de catadores de materiais recicláveis.

De maneira mais inciiiva as modificações ocasionadas pelo programa buscaram “dar uma cara nova a polícia” e com isso resgatar a confiança e o apoio da população, ou como declarou um policial novato pertencente ao Ronda, “foram ações que visaram mudar a aparência da polícia para tentar uma aproximação com a comunidade”, numa área em que as mudanças enfrentam resistências e os avanços têm seus limites.

Creio que a mudança no fardamento foi importante para romper com o velho uniforme que é associado aquela polícia truculenta, suja e militarista, o essa [farda] traz a idéia de uma atuação diferenciada, tem gente que não quer aceitar que nós do Ronda somos uma nova polícia, mas somos diferente a começar pela farda. Quanto às viaturas penso que se havendo manutenção, qualquer veículo poderia atender os anseios da população (Depoimento concedido por policial rondante, 5 anos na profissão, formação superior).

A farda e o carro vieram para dar uma nova imagem à polícia. Com relação a farda incomoda um pouco o colete por baixo e não nos da nenhuma mobilidade. Imagina um termo para um jogador de futebol em que ele não tem condições de dar um passo para correr e dar um chute a gol. No nosso caso, pensaram na aparência e na beleza da farda e não de que maneira ela poderia ser mais cômoda operacionalmente. (Depoimento concedido por policial rondante, 5 anos na profissão, pós-graduação).

Inicialmente foi necessário alterar e reconstruir a imagem da instituição policial, dito de outra maneira, foi pensado uma roupagem nova para os policiais do programa Ronda do Quarteirão, algo que os diferenciasses dos demais PMs. Dessa maneira, “os novos policiais do Ronda” passaram a ser vistos por alguns setores da sociedade de maneira cordial. Essas mudanças na imagem causaram “boa impressão”, porém há que se ressaltar, de acordo com os policiais entrevistados que o mais importante ainda não foi feito, que é capacitar o policial para o bom exercício de suas atividades beneficiando toda sociedade, tendo ficado a desejar alguns aspectos no que diz respeito a formação policial para atuar nessa nova estratégia de policiamento. Sobre esse aspecto não cabe aqui detalhar como se deu o processo de formação desses policiais, é algo que necessita ser explorado em outro momento de estudos e pesquisas.

Ainda com relação as estratégias de reconstrução da imagem policial, os carros para fazer o patrulhamento do programa Ronda do Quarteirão, assumiram diferenciações do restante da PMCE, tem uma cor e marca que se distingue dos demais carros que compõem a frota da corporação policial militar. São viaturas caras, luxuosos e potentes da marca Toyota Hilux SW4, com equipamentos sofisticados, câmbio automático, bancos de couro, tração das quatro rodas, GPRS, computador de bordo e duas câmeras na parte interna, quer dizer, quem faz a vigilância também estará sendo vigiado.

A exigência de alguns desses acessórios no edital de licitação para compra de 200 viaturas, gerou insatisfações por parte de montadoras concorrentes, que não poderiam participar por não oferecer os itens exigidos nos seus veículos. É inegável que a aquisição de viaturas, armamentos, construção de delegacias e incentivos profissionais devem fazer parte das políticas de segurança, mas para alguns policiais “não tinha que ser necessariamente Hilux”.

A compra de viaturas tem sido uma questão priorizada pelos governos locais, prejudicando outras ações que mecerem ser tratadas com primazia. No período de 1999-

2006, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 45,1% dos investimentos feitos com recursos do Tesouro Estadual foram para aquisição de novas viaturas.

Por outro lado, não tem sido priorizado a capacitação do pessoal que compõem o quadro da segurança pública, apenas 3,2% do seu pessoal teve algum tipo de capacitação nesse período. Situação que preocupa porque os policiais não se atualizam diante dos avanços da criminalidade, das novas modalidades de conflitos e acabam atuando de maneira ultrapassada e sem conhecer as inovações tecnológicas de informação e de inteligência na área policial.

As modificações feitas inicialmente nas vestimentas e viaturas significaram mudanças na imagem da polícia, essa mudança assumiu um caráter simbólico no imaginário da população: como diz o *slogan* do programa, é a “polícia da boa vizinhança”, diferente do restante da polícia tradicional.

A vestimenta dos policiais deixava de ter uma aparência militarizada, de cor caqui, denominado por alguns policiais como “sujinhos” e dava espaço para um uniforme da cor azul claro e escuro, tonalidade leve e menos militarizada. Alguns policiais antigos da corporação, não pertencentes ao programa, chegaram a dizer que os companheiros lotados no Ronda pareciam com “vigias de condomínio de luxo”, porque a nova farda não tinha “cara” de polícia. Dessa maneira, o corpo passa a ser alvo de um modo de “investimentos tão imperiosos e urgentes”, ou seja, de uma mecânica do poder. Um corpo que faz uso de uma vestimenta marcada por indumentárias e ritos, que facilmente

[p]ode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (...). Não é a primeira vez, certamente (...) em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhes impõem limitações, proibições ou obrigações (...), que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (Foucault, 1987, p.118-9).

Os policiais do Ronda não são diferentes apenas por causa do novo fardamento, dos carros de luxo e dos equipamentos materiais que passaram a manusear na prática do policiamento, mas pelo fato de serem protagonistas de um novo tipo de abordagem no trato com a população, inaugurando um novo modo de pensar e fazer polícia, o modelo da cordialidade que passa pela gestualidades, se expressa nas falas e nos corpos dos policiais, como enfatizado anteriormente.

## **5. Apontamentos finais**

As instituições policiais ao longo de sua história não têm conseguido admiração e confiança para suas ações e os policiais se vem com pouca credibilidade para desempenhar seu papel como agente da segurança pública, porque contam em seus efetivos com alguns policiais que são os primeiros a violarem a lei. Podemos destacar que as tentativas e/ou inovações feitas no policiamento em alguns países e cidades brasileiras, surgiram dentro de circunstâncias bem específicas, mas buscaram algo em comum, dotar as forças policiais de credibilidade e confiança em suas práticas policiais.

As modificações iniciais na imagem da polícia, inaugurado pelo modelo do Ronda do Quarteirão são importantes e ressaltadas porque têm uma simbologia expressiva, surgem com intenções de restaurar a imagem da polícia em busca de legitimar, marcar, definir posições e estratégias junto a população.

Simultaneamente às críticas levantadas às mudanças no fardamento e aquisição de novas viaturas, parece que surge uma nova forma de pensar e fazer segurança pública tendo como referência “a polícia da boa vizinhança”. Com as mudanças realizadas na área da segurança pública com a criação do Ronda do Quarteirão, pode-se dizer que existe uma tentativa de nortear as ações policiais a partir de uma estratégia de policiamento que enfatize as aproximações e parcerias entre polícia e comunidade. Cabe nos questionar: quais ações vem sendo utilizadas pela gestão da política de segurança pública que possibilitem uma interlocução entre polícia e comunidade?

Diante das inovações implementadas com o Ronda, a sociedade cearense passou a olhar a polícia de outra maneira, a indispensável mudança para isso, não deixa de estar relacionada com a imagem que o programa construiu no imaginário da população. Para alguns policiais entrevistados não há nada de novo com o Ronda, ressaltam que as diferenças existentes estão apenas na mudança da aparência. Contudo, parece ser incontestável que a implementação do Ronda trouxe mudanças objetivas e simbólicas, ou seja, no modo de como a sociedade vê e se relaciona com a “nova polícia”.

É indubitável que a mudança ocasionada com a criação do Ronda do Quarteirão no Ceará não se reduz apenas ao fardamento e carros novos, como se enfatizou anteriormente. Podemos dizer que o diferencial dessa proposta de policiamento, está relacionado a três aspectos: 1) a maneira como a comunidade vê o trabalho dos policiais; 2) o modo como a população trata os policiais e 3) na maneira como os policiais tratam as pessoas. Na perspectiva dos policiais, a aceitação do Ronda só foi possível porque houve uma aproximação com as pessoas, devido as ações de presença que realizam no cotidiano de trabalho das atividades policiais, ou seja, os policiais passaram a conhecer os moradores e serem conhecidos por estes, além de fazerem parte da área em que realizam o patrulhamento.

Assim, algo de diferente é visível e não pode ser desperdiçado nesse momento de mudança, precisando ser aproveitado para que as mudanças necessárias sejam implementadas, como a necessidade de uma participação e organização comunitária mais incisiva e crítica, colaborando na identificação, mediação e resolução dos conflitos, assim como também na democratização das ações e nos rumos da política de segurança pública no Ceará.

## **Referências**

BRASIL, Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, *Plano Nacional de Segurança Pública*, [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br) 2003.

CEARÁ, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Projeto Ronda do Quarteirão, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 27 ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1987.

SOARES, L. E. Segurança Pública: presente e futuro. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 56 p. 91-106, 2006.

SOUSA, E. B. L. *Ronda do Quarteirão: 'acontecimento' na política de segurança pública?* Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

ROLIM, M. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.